



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DENILSON AGOSTINHO DE CARVALHO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ANGOLA
NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO (2003 – 2016)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

DENILSON AGOSTINHO DE CARVALHO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ANGOLA
NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO (2003 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof. Dra. Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

DENILSON AGOSTINHO DE CARVALHO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ANGOLA
NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO (2003 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 23/08/2021

BSNCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Daniel de Lucca Reis Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	JUSTIFICATIVA	6
3	OBJETIVOS	7
3.1	OBJETIVO GERAL	7
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4	PROBLEMATIZAÇÃO	8
5	MARCO TEÓRICO	10
6	METODOLOGIA	15
7	CRONOGRAMA	16
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

A cooperação é um fenômeno através do qual os indivíduos buscam solucionar um determinado problema compartilhado, com ações previamente debatidas e aprovadas em comum acordo, e o fim deste problema deverá ser benéfico para todos envolvidos. No âmbito internacional, a cooperação é promovida, principalmente, por governos e organizações ou instituições de países distintos, (SATO, 2010), estes, por sua vez, desenvolvem programas e projetos voltados para soluções de questões políticas, econômicas, sociais, culturais, etc., por meio de transferências de recursos e compartilhamento de informações que atendem às demandas de cada ator internacional, visando o desenvolvimento deste e, conseqüentemente, da comunidade internacional.

Como se percebe, as relações estabelecidas entre os atores internacionais nos últimos anos têm estado cada vez mais voltadas ao desenvolvimento dos países que compõem a sociedade internacional. Assim, como forma de legitimar essa sociedade ou comunidade internacional e dar respostas aos problemas existentes no interior dela surge a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), que pode ser entendida como um processo de transferências de recursos, principalmente, financeiros, trocas de informações e experiências entre os atores internacionais com o objetivo de melhorar a situação dos mais vulneráveis. (NETO, 2014).

A CID se apresenta, principalmente, em duas modalidades, a destacar, Norte-Sul e Sul-Sul, considerando-se o Norte como o conjunto de países desenvolvidos e o Sul como os países em desenvolvimento. Na cooperação para o desenvolvimento Norte-Sul os países e instituições do Norte prestam assistência aos países em desenvolvimento tendo em conta as suas demandas, muitas vezes na visão do próprio Norte, e os interesses de ambas as partes. Já a cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul é mais prestada à nível técnico, com intercâmbios e compartilhamentos de informações e experiências entre parceiros por meios de programas e projetos desenvolvidos, em grande medida, em conjunto.

Historicamente a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento teve como um de seus marcos, no âmbito do Norte, os primeiros anos do Pós-Segundo Guerra Mundial, quando o governo norte-americano, através da Organização para

Cooperação Econômica Europeia (OCEE), atual Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), transferiu recursos financeiros para o programa que ficou conhecido como Plano Marshall, que teve como objetivo reconstruir os países europeus devastados durante a Segunda Guerra Mundial, (NETO, 2014). Entre os países em desenvolvimento a CID foi, inicialmente, marcada pela Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, se fizeram presentes nesta conferência líderes de países asiáticos e africanos que buscavam, entre muitas coisas, criar mecanismos alternativos de cooperação entre os países dos dois continentes, de modo que estes não fossem cooptados por nenhuma das correntes ideológicas das superpotências (Estados Unidos da América e União Soviética) da Guerra Fria, (REIS; RESENDE, 2019).

Se tratando de dois países que se enquadram na categoria de Estados emergentes ou em desenvolvimento, o foco deste projeto está mais voltado a cooperação Sul-Sul, mais especificamente a cooperação educacional que ocorreu entre o Brasil e Angola no período de 2003 a 2016.

Conforme os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – no que diz respeito ao nível de conhecimento dos angolanos -, e o perfil econômico da sociedade angolana, no período anterior ao tempo a ser analisado nesta pesquisa, apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019) e o Grupo Banco Mundial (2021), o sector da educação em Angola ainda se encontrava com alguns déficits, resultado, principalmente, da escassez de recursos humanos e materiais com capacidades e experiências técnicas para responder às suas demandas. Nessa senda, entende-se que a cooperação com o Brasil nessa área se dá em função do Brasil ter as suas práticas no âmbito da CID reconhecidas por vários atores da sociedade internacional, o que fez com que o Brasil se tornasse um parceiro adequado para junto de Angola desenvolverem e executarem programas e projetos educacionais baseados nas necessidades da sociedade angolana.

Com esta pesquisa se pretende responder as seguintes questões: como se deu a cooperação educacional entre Brasil e Angola no período de 2003 a 2016, e quais e como foram desenvolvidos e executados os projetos educacionais levados a cabo pelos dois países neste período.

Neste caso, este projeto tem como objetivo fazer uma análise da cooperação educacional entre Brasil e Angola e os projetos educacionais desenvolvidos e executados no período já mencionado.

No que tange a pertinência deste projeto de pesquisa pode se considerar, por um lado, a exposição, acompanhada de uma análise acadêmica, dos projetos educacionais desenvolvidos no período a ser pesquisado, sendo que alguns desses projetos educacionais são pouco debatidos no âmbito acadêmico. Por outro lado, pela relevância que estes projetos educacionais tiveram na sociedade angolana.

A nível metodológico buscar-se-á, por meios de relatórios e outros documentos oficiais sobre a cooperação educacional entre Brasil e Angola, identificar os projetos do período de 2003-2016 para posteriormente analisá-los.

2 JUSTIFICATIVA

O tema deste projeto despertou minha curiosidade por vários motivos; entre estes a necessidade de compreender, primeiramente, os critérios levados em conta para que os projetos ou programas da área da educação de um determinado país sejam aplicados em outros. Por exemplo, em 2017 fiz um curso de Língua Portuguesa no Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA), o curso durou em torno de três meses e foi totalmente gratuito, todo o processo, desde a inscrição, matrícula até o certificado de conclusão. Durante este processo me indagava sobre o objetivo daquela instituição promover um curso de língua portuguesa dentro de uma sociedade de falantes de português. A partir do CCBA conheci o projeto UNILAB, em 2017, me interessei e participei do processo seletivo para estrangeiro e, em 2018 vim para o Brasil e apenas aqui, por conta da maior acessibilidade à internet e outros materiais acabei conhecendo os outros projetos educacionais desenvolvidos em Angola com parcerias entre instituições brasileiras e angolanas. Parte do que me motiva a fazer essa pesquisa é a necessidade de divulgação que muitos destes projetos eventualmente precisam, pois na minha observação têm muito a oferecer aos dois países, especialmente para Angola que apresenta uma certa carência de mão de obra especializada.

Acredito que os resultados desta pesquisa serão do interesse da comunidade acadêmica angolana, uma vez que esta pesquisa poderá, em primeiro lugar, apresentar como foram concebidos os projetos educacionais desenvolvidos entre os dois países nos anos de 2003 a 2016, especialmente os projetos executados em Angola, e entender quais foram os seus propósitos, as instituições envolvidas e para que público os mesmos foram pensados. Além de se distinguir dos trabalhos acadêmicos apresentados com a temática de cooperação educacional Brasil-Angola já existentes, pois, estes acabaram estando mais voltados a tratar da participação de estudantes angolanos nas instituições brasileiras de ensino superior através de programas como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), e pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Assim, esta pesquisa visa contribuir com informações relevantes resultantes das análises dos projetos educacionais desenvolvidos pelos países em questão, especialmente os projetos educacionais voltados ao ensino fundamental, ensino especial, ensino de jovens e adultos e a formação profissional, sendo que esses, por um lado, aparecem em poucas pesquisas sobre cooperação educacional entre Brasil e Angola, e por outro lado, pelos significados dos mesmos, sobretudo os de ensino de jovens e adultos e formação profissional, que em um país novo como Angola, independente apenas desde 1975, e com grande parte da população adulta não escolarizada por conta de uma guerra civil que terminou no ano de 2002, acabam sendo alternativas que ajudam na inserção ao mercado de trabalho de uma parcela significativa da população.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a cooperação educacional entre Brasil e Angola no período de 2003 a 2016 e os projetos educacionais desenvolvidos neste período.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir os conceitos de cooperação, cooperação internacional para o desenvolvimento e de cooperação educacional;
- Compreender os principais fatores que motivaram a cooperação entre Brasil-Angola na área da educação;
- Identificar os projetos educacionais levados a cabo entre Brasil e Angola no período de 2003-2016 e as suas implicações.

4 PROBLEMATIZAÇÃO

A cooperação internacional na área da educação, assim como a cooperação cultural, é um dos caminhos para um determinado Estado alcançar a internacionalização de suas instituições e produtos e, conseqüentemente, aumentar o seu status diante da comunidade internacional, no entanto, o que se pretende com esta pesquisa não é entrar neste mérito, muito pelo contrário, é simplesmente identificar e analisar os projetos educacionais desenvolvidos por Brasil e Angola no período de 2003-2016. Para efeito, buscar-se-á compreender como os países elaboraram os projetos; como se estabeleceram os critérios de aplicação dos mesmos; quais instituições participaram e coordenaram; como se definiu o público-alvo; e o que se pretendeu com estes projetos educacionais.

Prodanov e Freitas (2013) consideram que pesquisar é buscar construir conhecimento com originalidade sobre determinado assunto baseado em critérios científicos, neste sentido, este problema de pesquisa surge, também, motivado pelo fato de se ter constatado, através de algumas buscas e leituras de materiais sobre cooperação educacional do Brasil, que grande parte dos trabalhos já desenvolvidos e publicados sobre cooperação educacional do Brasil envolvendo Angola focam-se mais em estudar as relações entre Brasil e Angola dentro das cooperações multilaterais, como os casos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, às vezes englobada no continente

africano, se dá também maior ênfase aos projetos educacionais de ensino superior, sediados no Brasil e administrados por instituições brasileiras, como é o caso do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), que são acima de tudo, projetos dos quais Angola atua como um participante/beneficiário, dá-se também pouco ênfase aos projetos voltados ao ensino fundamental, ensino especial, ensino de jovens e adultos e à formação profissional, .

Liberato (2017) mostra que, entre os países que cooperam com Angola na área da educação, o Brasil ganha um certo destaque porque além dos acordos já existentes em diversas áreas, a língua portuguesa é um fator que tem influenciado muito os estudantes na altura que concorrem às vagas oferecidas nestes tipos de convênios.

Sobre o recorte temporal em que se pretende trabalhar o tema é baseado na atenção e na efetivação dos projetos educacionais desenvolvidos pelos os dois país neste período, como mostram Waisbich e Pomeroy (2016), foi a partir deste período, que correspondem aos governos de Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), que se passou a valorizar mais as relações com os países africanos, no geral, e em particular com Angola. Foi também nestes governos que o Brasil passou a receber anualmente estudantes angolanos através dos programas de cooperação educacional, nomeadamente o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), controlados pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação do Brasil. Esta cooperação educacional se fortaleceu mais com o surgimento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2010, (WAISBICH; POMEROY, 2016).

A Constituição Federal, brasileira, de 1988 elencou a educação como um direito social e atribuiu a ela três objetivos básicos: o desenvolvimento integral da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Receber educação não é apenas um direito humano, mas também a base para a realização de outros direitos. Como base do desenvolvimento pessoal, a educação oferece às crianças, jovens e adultos os conhecimentos, habilidades e valores necessários para a busca pela realização pessoal. (BRASIL, 2021).

Buscou-se fazer uma análise básica sobre a situação da educação em Angola entre os anos 2003 e 2016 em função de dados referentes à média de anos de

escolaridade e taxa de analfabetismo, entretanto, estes estão inacessíveis no momento, mas cruzando os dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que também tem que ver com o nível de conhecimento de uma pessoa, e o perfil econômico do país, percebe-se a necessidade da cooperação educacional entre Brasil e Angola e os projetos desenvolvidos nesse âmbito. Conforme o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2019)¹, entre 2003 a 2016 o IDH angolano oscilou entre 0.435 e 0.578, ocupando as 155^o e 144^o posições num conjunto de mais de 160 países, estes números, claramente baixos, associados ao fato de que, nesta mesma fase, apenas 8% da população trabalhou no sector industrial e cerca de 50% na agricultura (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2021)², esses dados podem indiciar algum déficit na educação em Angola e que anteriormente houve pouco investimento no sector, sendo que, de acordo Carlos Correia (2017), o pouco investimento na educação da população resulta na baixa qualidade da mão de obra local, ou pode se considerar também que faltou competências técnicas para dar solução ao problema em questão. Assim a cooperação com o Brasil, neste sector visou dar soluções, sobretudo técnicas, para a melhoria da educação em Angola.

5 MARCO TEÓRICO

Maciel (2009), considera que nas relações interpessoais a cooperação visa a satisfação das necessidades dos indivíduos, e sua prática gera benefícios para todos. Bruno Ayllón (2007, p. 40 apud MACIEL, 2009, p. 215), acrescenta que cooperar significa “atuar conjuntamente com os outros para conseguir um mesmo fim”. Neste sentido, ao cooperar os indivíduos poderão mais facilmente resolver problemas em comum, que individualmente despenderia mais tempo ou, simplesmente, fossem incapazes de resolvê-los.

¹ Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/data>.

² Grupo Banco Mundial. Disponível em: <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>

No cenário internacional a cooperação tem, em certa medida, um sentido similar ao das relações interpessoais, porém, os entes envolvidos e suas motivações são de natureza mais amplas e, conseqüentemente, mais complexas. A cooperação internacional, segundo Sato (2010), envolve práticas de governos e organizações internacionais que se estendem desde as áreas comerciais e financeiras até as áreas de saúde, ambiente, educação, agricultura, segurança, etc. No que concerne a sua amplitude, Sato (2010), vai considerar que:

Cooperação internacional não significa apenas ajuda mútua entre governos e instituições pertencentes a diferentes países, muito embora ela possa existir até com frequência. Cooperação internacional tem um sentido mais amplo. Significa trabalhar junto. Significa que governos e instituições não tomam decisões e iniciativas isoladamente (SATO, 2010, p. 46).

De acordo com Keohone (1989), no âmbito internacional a cooperação deve ser compreendida como ações coordenadas de cunho político levadas à cabo pelos atores da comunidade internacional, sendo que estes darão resposta à mudança de comportamentos dos mesmos visando produzir concordância nas ações para se chegar aos objetivos de cada ator envolvido. Assim,

A avaliação da eficácia de um projeto de cooperação, portanto, deve ser feita através da comparação dos resultados obtidos com sua execução em relação aos que seriam alcançados em sua ausência, sendo que a melhora da situação dos agentes envolvidos neste processo é o que caracteriza uma cooperação eficaz. Vale ressaltar que nem toda cooperação envolve altruísmo entre os agentes envolvidos, ou seja, nem todo projeto de cooperação possui fins pacíficos e benéficos [...], (KEOHONE, 1989 apud COSTA; FERNANDES, 2017, p. 2).

Portanto, a cooperação internacional significa, de certa forma, o desenvolvimento de ações padronizadas e formulações de programas e projetos, por parte dos atores internacionais, considerando benefícios e, eventuais, problemas que poderão, ou não, afetar mais de uma sociedade, e quiçá, a comunidade internacional de forma geral (SATO, 2010).

Inserida no interior da cooperação internacional, de acordo com Walter Neto (2014), a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) se dá de forma específica, pois seus objetivos e objetos de atuação são voltados, principalmente, ao desenvolvimento dos países que dela participam, especialmente, como receptores.

Carlos Milani (2014), aponta que a CID é, em muitos aspectos, orientada por ações que antecedem o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, entretanto, foi

justamente nessa fase que a cooperação internacional para o desenvolvimento “passou a exercer papel fundamental enquanto instrumento de política externa dos países desenvolvidos”, (MILANI; CARVALHO, 2013, p. 12). Segundo Milani (2014), a institucionalização da CID ocorreu em função da necessidade de regimes para regerem as relações dos atores da sociedade internacional.

Em decorrência disso foi criado, em 1948, a Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE) para gerir e distribuir os recursos transferidos pelo governo Norte-Americano, através do Plano Marshall, entre 1949 e 1952, que consistiu na reconstrução dos países europeus destruídos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), (GILPIN, 1987/2002, apud NETO, 2014, p. 122). Ainda sobre o Plano Marshal, Milani (2014), acrescenta que a nível de recursos financeiros transferidos no âmbito da CID este foi o maior e “[...] o mais importante no processo inicial de institucionalização da CID”, (MILANI, 2014, p. 36).

De acordo com Neto (2014), a cooperação internacional para o desenvolvimento se configura, de forma geral, como um processo de disponibilização de recursos financeiros, de compartilhamento de informações e experiências entre os países com o objetivo de melhorar as condições de vida dos países receptores. O autor considera que essas concessões ou transferências ocorrem de formas “predominantemente bilaterais, mas também por meio da intermediação de instituições internacionais ou de triangulação” (NETO, 2014, p. 125).

No que diz respeito aos países que nela participam, às abordagens dos mesmos e a forma como se manifesta a relação de poder entre esses, a cooperação internacional para o desenvolvimento se apresenta sob três tipos, nomeadamente, Norte-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul. O Norte corresponde aos países desenvolvidos e o Sul aos países emergentes ou em via desenvolvimento, (NETO, 2014). O autor acrescenta ainda que as relações Norte-Norte e Sul-Sul tendem a ser mais horizontais, ao passo que as relações Norte-Sul tendem a ser mais verticais, sendo que “nesta configuração, os atores com mais recursos de poder apresentam maior desenvoltura para impor seus objetivos em detrimento das demandas dos que têm menos capacidades” (NETO, 2014, p. 122).

Em função da verticalidade existente nas relações Norte-Sul foram surgindo contestações às condicionalidades de caráter político e econômico impostas pelos atores do Norte, doadores, aos atores do Sul, receptores, no ato das concessões dos recursos financeiros. Essas condições impostas pelo Norte eram “acusadas de ferirem a soberania dos países em desenvolvimento” (NETO, 2014, p. 124). Ainda sobre as imposições nas relações Norte-Sul, Márcio Corrêa (2010), aponta que muitos

[...] projetos exigiram (e ainda exigem...) a aquisição de equipamentos e serviços dos próprios Estados doadores, a mobilização quase exclusiva de seus especialistas, o cumprimento de uma série de condições políticas (direitos humanos, boa governança, etc.), além de interpretações verticalizadas das necessidades da população local. (CORRÊA, 2010 apud MILANI; CARVALHO, 2013, p. 12).

As relações Sul-Sul ou Cooperação Sul-Sul (CSS) no âmbito da CID surge no sentido de colmatar as assimetrias existentes nas relações Norte-Sul, de forma que essa a complementasse. Pois, os princípios que regem a CSS apresentam-na como “[...] parte integrante da política geral de desenvolvimento do sistema ONU e do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento”. (BARROS, 2019, p. 63).

Sob esse prisma, Rodrigues e Gonçalves (2016 apud ALVES; CORREIA, 2020, p. 120), sugerem que a Cooperação Sul-Sul pode ser compreendida como a modalidade de CID em que se intensificam as interações entre os países em desenvolvimento, nos sectores político, econômico, social, cultural e técnico, e estas ocorrem de maneira horizontal. Nessa ordem de ideias Alves e Correia (2020), acrescentam que:

[...] na CSS os países cooperam sem imposição/condicionalidade de um em relação aos outros, procurando interagir, respeitando os princípios da soberania e de não-interferência, promovendo o intercâmbio de experiência econômica, cultural e tecnológica entre si, com o fito de superar os desafios acerca do desenvolvimento. (ALVES; CORREIA, 2020, p. 120)

No que diz respeito ao início e a evolução histórica da CSS podem ser destacadas, de acordo Stela Barros (2019), a Conferência de Bandung (1955), a Conferência de Buenos Aires (1978), a Cúpula do Milênio (2000) e a conferência de Nairobi sobre as relações Sul-Sul (2009).

Com um viés mais flexível e contestatário em relação aos regimes internacionais concebidos e aplicados pelos atores desenvolvidos nas relações Norte-Sul, a Cooperação Sul-Sul vai ser, segundo Neto (2014), uma relação pautada em

políticas e diálogos em que os envolvidos trabalham juntos, como parceiros, para alcançarem os objetivos definidos por eles. E conforme o mesmo autor, a CSS está

Alicerçada por projetos oriundos de demandas locais específicas e princípios de não interferência em assuntos domésticos. Sem contar que a rejeição às imposições políticas é fator estimulante da harmonia nas relações, auxiliando na manutenção da busca pela aquisição de benefícios mútuos e múltiplos. (NETO, 2014, p. 67).

A cooperação educacional Brasil-Angola (2003-2016) foi pautada no compartilhamento de conhecimentos, e estes se deram através de programas e projetos educacionais que visaram proporcionar um equilíbrio social proporcional aos interesses de ambos países. Pois, essa se encontra inserida no campo da Cooperação Técnica Internacional Sul-Sul, ou simplesmente, Cooperação Sul-Sul (CSS).

Conforme o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul (2013), a cooperação técnica internacional é um dos instrumentos através do qual o Brasil fortalece as suas relações com outros Estados, com foco na integração política, econômica e social. E de acordo com o banco de dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a educação está entre os três setores mais relevantes dos programas de cooperação técnica do Brasil, ao lado da saúde e da agricultura. E nesse sector a cooperação técnica se desenvolve maioritariamente através de atividades voltadas à

[...] formação, capacitação, gestão pública e transferência de tecnologia nas seguintes áreas: educação profissional, projetos de alfabetização de jovens e adultos, educação não formal e educação para pessoas especiais". (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016, p. 17).

Em função do Brasil ter as suas práticas no âmbito da CID reconhecidas por parte das organizações internacionais, que as consideram úteis para outros países que compreendem o Sul Global, o torna num parceiro qualificado para auxiliar Angola a desenvolver e executar projetos e programas educacionais com base nas necessidades do mesmo país. Vale ressaltar que a cooperação educacional prestada pelo Brasil visa, entre outras coisas, melhorar a mão de obra local e conseqüentemente o sector econômico e a promoção de aproximação entre os governos e as sociedades com base nos princípios de solidariedade e ausência de condicionalidades que coloquem em seque a soberania dos países parceiros. (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016).

No que tange às modalidades de cooperação sul-sul, de acordo ao Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul (2013), a CSS brasileira pode ocorrer de forma bilateral – entre o Brasil e outro país em desenvolvimento -, e trilateral – entre o Brasil, outro país em desenvolvimento e um país desenvolvido. Nessa mesma estrutura os países podem ser substituídos por organismos internacionais.

6 METODOLOGIA

Em um trabalho científico, depois de se ter definido os elementos como o objeto de estudo, a pergunta de pesquisa, os objetivos a serem alcançados, a justificativa, e se ter problematizado o tema, é chegado o momento de definir os procedimentos a serem aplicados na mesma pesquisa, por outras palavras, traçar os métodos com os quais se pretende responder à pergunta de pesquisa. Para efeito, é necessário, portanto, recorreremos aos métodos científicos, que Protanov e Freitas vão considerar ser “o conjunto de procedimentos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotado no processo de pesquisa” (PROTANOV; FREITAS, 2013, p. 126).

Para a pesquisa em questão a metodologia a ser seguida será, com base a sua natureza ou finalidade, básica, pois esta pretendo aprofundar mais o estudo sobre o fenômeno da cooperação educacional, quanto aos objetivos a pesquisa será descritiva, - baseada em assuntos teóricos sobre o objeto em questão, em relação a abordagem será qualitativa, pois far-se-á uma análise crítica a partir de documentos disponíveis nos bancos de dados das instituições envolvidas nesse processo e em materiais bibliográficos necessários para compreensão do tema em questão. Assim, procurar-se-á inicialmente compreender o fenômeno da cooperação internacional de forma mais ampla para mais tarde se compreender como foram desenvolvidos os projetos da cooperação educacional Brasil-Angola (2003-2016), ou seja, partindo do geral, a cooperação internacional no âmbito educação, para o particular, os projetos educacionais desenvolvidos durante esta cooperação.

E com a análise de documentos, que deverão ser feita em relatórios da assessoria internacional do Ministério da Educação (MEC), em relatórios da Agência

Brasileira de Cooperação (ABC), e de outras instituições que participaram da cooperação educacional Brasil-Angola (2003-2016), a pesquisa visa também criar uma base de dados na qual deverão constar inicialmente informações referente ao público-alvo dos projetos, orçamento, instituições envolvidas, objetivos, período de execução e locais de aplicação. Essas informações sobre os projetos educacionais serão coletadas, principalmente, em documentos oficiais encontrados nos *sites* ou em outros suportes das instituições envolvidas nesses projetos.

7 CRONOGRAMA

ATIVIDADES/FASES	TCCI				TCC II				TCC III			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Revisão de literatura												
Seleção dos textos e documentos a serem analisados												
Sistematização do material da pesquisa												
Análise do material da pesquisa												
Redação do TCC												
Defesa do TCC												

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**. A educação na política externa brasileira. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/a-educacao-na-politica-externa-brasileira>>. Acesso em 26 maio 2021.

CORREIA, Carlos Chipala. **Investimento na educação e desenvolvimento econômico: O caso de Angola**. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11328/1885>>. Acesso em 20 jun. 2021.

COSTA, Luiza Rodrigues; FERNANDES, Márcia de Paiva. **Dossiê Cooperação Internacional: uma breve discussão teórica**. 2017.

DE AQUINO ALVES, Joyce Amâncio; CORREIA, Marcelino. Perspectivas e desafios da relação entre Brasil e Angola:(re) definições da Cooperação Sul-Sul?. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 4, n. 4. 2020. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Perspectivas+e+desafios+da+rela%C3%A7%C3%A3o+entre+Brasil+e+Angola&btnG=>>. Acesso em: 18 jun. 2021

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. **A cooperação internacional para o desenvolvimento como uma expressão específica da cooperação internacional: um levantamento teórico**. OIKOS (Rio de Janeiro). v. 13, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/374>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DOS REIS, Raissa Brescia; DE RESENDE, Taciana Almeida Garrido. **Bandung, 1955: ponto de encontro global. Esboços: histórias em contextos globais**. v. 26, n. 42, p. 309-332, 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7010419>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LIBERATO, Ermelinda. **A formação de quadros angolanos no exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil**. Cadernos de Estudos Africano. n. 23, p. 109-130, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cea/547>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 5, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/14087>>. Acesso em: Acesso em: 6 mar. 2019.

MILANI, Carlos RS. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. *In*: SOUZA, André de Mello et al. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, p. 33-56, 2014.

MILANI, Carlos RS; CARVALHO, Tassia. **Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. Estudos Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 11-35, 2013.

MILANI, Carlos RS; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba. **Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP. Caderno CRH**, v. 29, p. 13-32, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/XrwnktSWHGLqXdTSBhtCqsR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021

PARTE, I. **MANUAL DE GESTÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Manuais>. Acesso em: 5 abr. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Edição. Editora Feevale, 2013. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=Metodologia+do+trabalho+cient%C3%ADfico:+m%C3%A9todos+e+t%C3%A9cnicas+da+pesquisa+e+do+trabalho+acad%C3%AAmico&ots=dcZ78dteFN&sig=SfiPAv9_i71oWSFoUQRxk2kz4y8#v=onepage&q&f=false. Acesso: Acesso em: 5 abr. 2019.

SATO, Eiiti et al. **Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais**. 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17399>. Acesso em: 18 maio 2021.

SIMÕES, Stela Ananda de Barros. **Os ventos do Atlântico Sul: perspectivas e entraves na relação de cooperação para o desenvolvimento entre Brasil e Angola**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31530>. Acesso em: 4 jun. 2021.

SOUZA, André de Mello et al. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3308>. 6 jun. 2021.

WAISBICH, Laura; POMEROY, Melissa. **Angola e Brasil: operacionalizando o conceito de cooperação Sul-Sul?. Observatório Brasil e o Sul: Perspectivas do Território**. São Paulo, n. 4, 2016. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Angola+e+Brasil+operacionalizando+o+conceito+de+coopera%C3%A7%C3%A3o+sul+sul&btnG=&lr=lang_pt. Acesso em: 22 de mar. 2019.